

Uadi Lammêgo Bulos

Professor de Direito Constitucional.

Doutor e Mestre em Direito do Estado (PUC-SP).

Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Constitucional (SBDC).

*Curso
de direito
Constitucional*

15ª edição

revista e atualizada até a

Emenda Constitucional n. 113, de 8-12-2021

2022

saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva 

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Iris Ferrão

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Cintia Aparecida dos Santos
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto
Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação Rafael Cancio Padovan
Revisão Williams Calazans de Vasconcelos de Melo

Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

B939c Bulos, Uadi Lammêgo

Curso de Direito Constitucional / Uadi Lammêgo Bulos. – 15. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2022.

1.760 p.

ISBN: 978-65-5362-287-6

1. Direito. 2. Direito constitucional. 3. Constituição. I. Título.

CDD 342

2021-4259

CDU 342

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional

342

Data de fechamento da edição: 13-12-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL [607649] CAE [789186]

1209773

SUMÁRIO

Obras do autor	5
Abreviaturas e siglas.....	11
Novidades da 15ª edição.....	49
Como estudar Direito Constitucional	51

CAPÍTULO 1 — DIREITO CONSTITUCIONAL

1. A terminologia <i>Direito Constitucional</i>	55
2. Noção de Direito Constitucional.....	56
3. Objeto do Direito Constitucional	57
4. Conteúdo do Direito Constitucional	58
4.1. Direito Constitucional Positivo	59
4.2. Direito Constitucional Comparado	59
4.3. Direito Constitucional geral	60
4.4. Direito Constitucional material e formal	60
4.5. Direito Constitucional Internacional	62
4.6. Direito Constitucional Comunitário	62

CAPÍTULO 2 — CONSTITUCIONALISMO

1. Constitucionalismo: palavra recente numa ideia remota.....	64
2. Sentidos do constitucionalismo	64
2.1. Constitucionalismo em sentido amplo.....	64
2.2. Constitucionalismo em sentido estrito.....	65
3. Constitucionalismo e estabelecimento de regimes constitucionais.....	66
4. Evolução do constitucionalismo.....	66
4.1. Constitucionalismo primitivo	66
4.2. Constitucionalismo antigo.....	68
4.3. Constitucionalismo medieval.....	69
4.4. Constitucionalismo moderno	71
4.5. Constitucionalismo contemporâneo	76
4.5.1. Neoconstitucionalismo	79
a) O que é neoconstitucionalismo.....	80
b) Origem do neoconstitucionalismo	80
c) Características do neoconstitucionalismo.....	80
d) Acepções do termo “neoconstitucionalismo”	81
d.1) Neoconstitucionalismo como modelo axiológico de constituição normativa ..	81
d.2) Neoconstitucionalismo como modelo de Estado de Direito, implantado com base em determinada forma de organização política	81
d.3) Neoconstitucionalismo como conjunto de ideias hauridas de uma “nova” Teoria do Direito.....	82
d.3.1) Neoconstitucionalismo em face das teses pós-positivistas	82
d.3.2) Neoconstitucionalismo em face da tese do <i>soft positivism</i>	83
d.3.3) Neoconstitucionalismo em face da tese do positivismo inclusivo e suas variantes	83
d.3.4) Neoconstitucionalismo como ponto de confluência entre o positivismo, o jusnaturalismo e o realismo jurídico.....	84
d.3.5) Neoconstitucionalismo em face da tese do moralismo jurídico.....	85

d.4) Neoconstitucionalismo como marco histórico, filosófico e teórico	86
e) Crítica ao neoconstitucionalismo	86
f) Neoconstitucionalismo em seu devido lugar	89
4.5.2. Transconstitucionalismo	90
a) O que é transconstitucionalismo	90
b) Cronologia do transconstitucionalismo	91
c) Transconstitucionalismo <i>stricto sensu</i>	92
c.1) Características do transconstitucionalismo <i>stricto sensu</i>	93
d) Transconstitucionalismo <i>lato sensu</i>	93
d.1) Características do transconstitucionalismo <i>lato sensu</i>	94
e) Como o transconstitucionalismo pode se apresentar	94
f) Transconstitucionalismo na jurisprudência do STF	95
f.1) Diálogo transconstitucional do STF com outras Cortes de Justiça	96
4.5.3. Constitucionalismo digital	97
4.6. Constitucionalismo do porvir	100

Capítulo 3 — CONSTITUIÇÃO

1. Teoria da Constituição	102
2. Noção de constituição	103
3. Constituição e carta constitucional	104
4. Grafia da palavra <i>constituição</i>	105
5. Sentidos tradicionais de constituição	105
5.1. Constituição sociológica	106
5.2. Constituição jurídica	106
5.3. Constituição política	107
6. Outros sentidos de constituição	107
6.1. Constituição jusnaturalista	107
6.2. Constituição positivista	107
6.3. Constituição marxista	108
6.4. Constituição institucionalista	108
6.5. Constituição culturalista	108
6.6. Constituição estruturalista	108
6.7. Constituição biomédica	108
6.8. Constituição compromissória	109
6.9. Constituição suave	109
6.10. Constituição em branco	110
6.11. Constituição plástica	110
6.12. Constituição empresarial	111
6.13. Constituição oral	111
6.14. Constituição instrumental	111
6.15. Constituição como estatuto do poder	112
7. Sentidos contemporâneos de constituição	112
7.1. Constituição como ordem material e aberta da comunidade	112
7.2. Constituição dirigente	112
7.3. Constituição como instrumento de realização da atividade estatal	113
7.4. Constituições subconstitucionais ou substituições	113
7.5. Constituição como documento regulador do sistema político	114
7.6. Constituição como processo público	114
7.7. Constituição como meio de resolução de conflitos	115
7.8. Constituição como garantia do status econômico e social	115
7.9. Constituição.com (<i>crowdsourcing</i>)	115
8. Classificação das constituições	116
8.1. Quanto à origem: históricas, democráticas, outorgadas, pactuadas, cesaristas	117
8.2. Quanto à essência: normativas, semânticas e nominais	118

8.3. Quanto à sistematização: unitárias e variadas	118
8.4. Quanto à ideologia: ortodoxas e ecléticas	119
8.5. Quanto à extensão: sintéticas e analíticas	119
8.6. Quanto ao conteúdo: materiais e formais	119
8.7. Quanto à forma: escritas e não escritas	120
8.8. Quanto ao processo de mudança: rígidas, flexíveis, transitoriamente flexíveis, semirrígidas, fixas e imutáveis	121
9. Classificação da Constituição brasileira	123
9.1. Quanto à origem: democrática	123
9.2. Quanto à essência: nominal	123
9.3. Quanto à sistematização: unitária	123
9.4. Quanto à ideologia: eclética	123
9.5. Quanto à extensão: analítica	123
9.6. Quanto ao conteúdo: formal	124
9.7. Quanto à forma: escrita	124
9.8. Quanto ao processo de mudança: rígida	124
10. Elementos mínimo-irredutíveis das Constituições	125
11. Heteroconstituições	127

Capítulo 4 — RIGIDEZ E SUPREMACIA DAS CONSTITUIÇÕES

1. Princípio da rigidez constitucional	129
1.1. Graus da rigidez constitucional	129
a) Grau máximo: constituições super-rígidas	129
b) Grau médio: constituições rígidas	129
c) Grau mínimo: constituições pouco rígidas	130
2. Princípio da supremacia constitucional	131
2.1. Princípio da supremacia na jurisprudência do STF	132
2.2. Reflexos da supremacia constitucional na ordem jurídica	133
2.3. Supremacia formal da constituição	134
2.4. Supremacia material da constituição	134
3. Supremacia constitucional e força normativa da constituição	135
4. Derrotabilidade de normas constitucionais	136
5. Exortação ao dever de obediência à supremacia constitucional	139

Capítulo 5 — INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

1. Noção de constitucionalidade e inconstitucionalidade	141
2. Inconstitucionalidade e ilegalidade	143
3. Inconstitucionalidade das leis e atos normativos	143
3.1. Requisitos formais (procedimentais ou instrumentais)	144
a) Requisitos formais subjetivos	144
b) Requisitos formais objetivos	144
3.2. Requisitos materiais (substanciais ou de conteúdo)	145
4. Diferentes tipos de inconstitucionalidade	146
4.1. Inconstitucionalidade formal (instrumental ou extrínseca)	146
4.2. Inconstitucionalidade material (substancial ou intrínseca)	148
4.3. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	153
4.4. Inconstitucionalidade total e parcial	156
4.5. Inconstitucionalidade direta e indireta	159
4.6. Inconstitucionalidade antecedente e consequente	161
4.7. Inconstitucionalidade causal	162
4.8. Inconstitucionalidade presente e pretérita	162
4.9. Inconstitucionalidade originária e superveniente	163
4.10. Inconstitucionalidade progressiva: a lei ainda constitucional e as situações constitucionais imperfeitas	166

5. Lei anterior incompatível com a carta magna: revogação.....	168
6. Inconstitucionalidade dos atos públicos e privados	169
7. Sanção de inconstitucionalidade	170
7.1. Regime da sanção de nulidade	171
7.2. Regime da sanção de anulabilidade	172
8. Recusa dos particulares a cumprir leis inconstitucionais.....	173
8.1. Direito de resistência e desobediência civil dos particulares	174
9. Recusa dos Poderes Públicos a cumprir leis inconstitucionais.....	178
10. Bloco de constitucionalidade (ou parâmetro constitucional)	182

CAPÍTULO 6 — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Noção de controle de constitucionalidade.....	189
1.1. <i>A graphê paranomôn</i>	189
2. Fundamentos do controle de constitucionalidade	190
3. Todo ato inconstitucional é suscetível de controle?	191
4. Espécies do controle de constitucionalidade.....	193
4.1. Controles quanto ao órgão fiscalizador	193
a) Controle político	194
b) Controle jurisdicional (judiciário ou jurídico).....	194
c) Controle misto (ecletico ou híbrido).....	195
4.2. Controles quanto ao momento da fiscalização	195
a) Controle preventivo.....	195
b) Controle repressivo.....	195
5. Sistemas de controle da constitucionalidade.....	195
a) Sistema americano de controle da constitucionalidade	196
b) Sistema austríaco de controle da constitucionalidade	198
6. Modelos de controle da constitucionalidade no Direito Comparado.....	200
6.1. Portugal.....	200
6.2. França.....	200
6.3. Alemanha	201
6.4. Espanha.....	202
6.5. Itália	202
7. Modelo brasileiro de controle da constitucionalidade.....	203
7.1. Evolução do modelo brasileiro do controle de constitucionalidade.....	204
a) Constituição de 1824	204
b) Constituição de 1891	204
c) Constituição de 1934	205
d) Constituição de 1937	205
e) Constituição de 1946	206
f) Constituição de 1967 (EC n. 1/69)	206
g) Constituição de 1988	207
8. Controle jurisdicional de constitucionalidade	207
8.1. Vias jurisdicionais de declaração da inconstitucionalidade	207
8.1.1. Controle difuso da constitucionalidade.....	208
8.1.2. Controle difuso em sede de ação civil pública: possibilidade	210
8.1.3. Matérias afetas ao controle difuso	211
a) Lei ou ato normativo municipal em face das cartas estaduais	211
b) Lei ou ato normativo municipal em face da Carta Federal	213
c) Leis ou atos normativos distritais	213
d) Espécies normativas (CF, art. 59).....	214
d.1) Emendas constitucionais.....	214
d.2) Medidas provisórias	215
e) Tratados internacionais.....	216
f) Leis estrangeiras inconstitucionais.....	216

g) Atos normativos privados.....	218
8.1.4. Matérias alheias ao controle difuso	218
a) Leis ou atos normativos revogados (anteriores à CF)	218
b) Normas constitucionais originárias	218
c) Ato inconstitucional com efeitos <i>erga omnes</i>	218
d) Crises de legalidade.....	219
e) Leis e atos de efeitos concretos	219
f) Súmulas (inclusive as súmulas vinculantes)	219
g) Ementas de leis diversas de seu conteúdo	219
h) Respostas do Tribunal Superior Eleitoral.....	219
i) Convenções coletivas de trabalho.....	219
j) Normas regimentais do processo legislativo.....	219
k) Resoluções do CNJ e do CNMP	219
8.1.5. Controle difuso do processo legislativo	220
a) Controle difuso durante o trâmite do processo legislativo	221
b) Controle difuso de normas regimentais: impossibilidade.....	222
c) Controle difuso das propostas de emendas à constituição (PECs)	226
8.1.6. Senado Federal no controle difuso (CF, art. 52, X)	228
a) Campo de aplicação do art. 52, X, da Constituição brasileira.....	228
b) Suspensão da executividade do ato inconstitucional	229
c) Abrangência da resolução senatorial: a terminologia “no todo ou em parte”	230
d) Impossibilidade de o Senado alterar a resolução por ele editada	231
e) Efeitos da resolução senatorial.....	231
f) O Senado não está obrigado a suspender o ato inconstitucional	231
g) O art. 52, X, da Carta Magna sofreu mutação constitucional?	232
8.2. Controle concentrado da constitucionalidade	238
8.2.1. Controle concentrado em sede de ação civil pública: impossibilidade	239
8.2.2. Controle concentrado do processo legislativo: impossibilidade.....	239
8.2.3. Supremo Tribunal Federal no controle concentrado.....	240
8.2.4. Mecanismos do controle concentrado da constitucionalidade	241
8.2.5. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva	242
a) Noção.....	243
b) Natureza jurídica	245
c) Particularidades do instituto	245
d) Finalidade.....	246
e) Objeto.....	247
f) Competência	248
g) Ação interventiva no plano estadual.....	248
h) Legitimidade	249
i) Partes.....	249
j) Lei n. 12.562/2011: processo e julgamento	250
k) Medida cautelar.....	253
l) Embargos infringentes	254
m) Sentença e julgamento	255
n) Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal	256
8.2.6. Ação direta de inconstitucionalidade genérica	256
a) Noção.....	257
b) Natureza jurídica	257
c) Finalidade.....	259
d) Competência	260
e) Leis e atos normativos.....	261
f) Matérias que constituem objeto da ação direta genérica	261
f.1) Leis ou atos normativos estaduais.....	262
f.2) Leis ou atos normativos distritais	263

f.3) Decretos autônomos e atos regulamentares	264
f.4) Princípio da razoabilidade.....	266
f.5) Decisões normativas dos tribunais	266
f.6) Espécies normativas	267
f.7) Emendas constitucionais.....	267
f.8) Medidas provisórias	272
f.9) Tratados internacionais	274
f.10) Resoluções do CNJ e do CNMP	276
f.11) Leis de diretrizes orçamentárias.....	276
g) Matérias que não constituem objeto da ação direta genérica	276
g.1) Lei ou ato normativo municipal em face da Carta Federal.....	277
g.2) Leis ou atos normativos revogados (anteriores à CF)	277
g.3) Atos normativos privados.....	278
g.4) Crises de legalidade.....	278
g.5) Leis e atos de efeitos concretos	279
g.6) Súmulas	280
g.7) Ementas de leis diversas de seu conteúdo	280
g.8) Respostas do Tribunal Superior Eleitoral.....	280
g.9) Normas constitucionais originárias	280
g.10) Convenções coletivas de trabalho.....	282
g.11) Inconstitucionalidade reflexa.....	282
g.12) Leis estrangeiras inconstitucionais.....	282
g.13) Propostas legislativas ou projetos de leis	282
h) Legitimidade	282
h.1) Legitimidade ativa	283
h.2) Legitimidade passiva	292
i) Advogado-Geral da União: o curador da constitucionalidade.....	292
j) Procurador-Geral da República: o fiscal da lei.....	294
k) Procedimento	295
l) Petição inicial	295
m) Procuração.....	296
n) Prazo para pedido de informações.....	297
o) Requisição de informações adicionais	297
p) Litisconsórcio	298
q) <i>Amicus curiae</i> (Lei n. 9.869/99, art. 7º, § 2º)	298
r) Impossibilidade de intervenção de terceiros	303
s) Impossibilidade de oposição	303
t) Impossibilidade de desistência	304
u) Arguição de suspeição e impedimento	304
v) Prescrição e decadência	304
w) Tramitação paralela de ações diretas no Tribunal local e no STF	305
x) Medida cautelar.....	305
y) Decisão final.....	310
y.1) Coisa julgada na ação direta de inconstitucionalidade genérica	310
y.2) Ação rescisória nas ações diretas e coisa julgada inconstitucional	312
z) Reclamação.....	316
8.2.7. Ação declaratória de constitucionalidade.....	319
a) Noção.....	320
b) Natureza jurídica.....	320
c) Finalidade.....	320
d) Competência.....	321
e) Características.....	321
f) Objeto.....	321

g) Legitimidade	322
h) Manifestação do Procurador-Geral da República	323
i) Processo e julgamento	324
j) Medida cautelar	325
k) Decisão final	326
k.1) Efeitos da decisão final	326
k.2) Coisa julgada na ação declaratória de constitucionalidade	328
l) Reclamação	330
8.2.8. Arguição de descumprimento de preceito fundamental	330
a) Noção	331
b) Finalidade	331
c) Natureza jurídica	332
d) Cabimento	333
d.1) Atos que comportam ADPF	333
d.2) Atos que não comportam ADPF	334
e) Subsidiariedade: inexistência de outro meio idôneo	335
f) Que é preceito fundamental?	337
g) Advento da Lei n. 9.882/99	338
h) Competência	339
i) Espécies de arguição: preventiva, repressiva, autônoma e incidental	339
j) É inconstitucional o parágrafo único, I, do art. 1º da Lei n. 9.882/99?	340
k) ADPF nas Constituições estaduais: possibilidade	341
l) Legitimidade ativa	341
m) Legitimidade passiva	342
n) Pertinência temática	342
o) Procedimento	342
p) Medida cautelar	342
q) Participação do Ministério Público	343
r) Decisão	343
8.2.9. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	344
a) Noção	345
b) Previsão constitucional	345
c) Previsão infraconstitucional	345
d) Finalidade	345
e) Cabimento	345
f) Competência	347
g) Ação por omissão nas Cartas estaduais	347
h) Legitimidade ativa e pertinência temática	347
i) Legitimidade passiva	347
j) Procedimento	348
k) Prazo	348
l) Medida cautelar	349
m) Decisão do STF que declara a omissão inconstitucional	349
8.3. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	350
8.3.1. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso	351
a) Teoria da transcendência dos motivos determinantes no controle difuso	352
8.3.2. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle concentrado	354
9. Fórmulas de preclusão e efeitos da decisão nos planos normativo e dos atos singulares	367
10. Princípios jurisprudenciais regentes do controle concentrado	368
a) Princípio da não incidência do efeito vinculante aos atos do Poder Legislativo	369
b) Princípio da modulação temporal dos efeitos do controle concentrado de normas	370
c) Princípio da transcendência dos motivos determinantes	371
d) Princípio da expansão da sentença declaratória de inconstitucionalidade	372

e) Princípio da proibição ao atalhamento constitucional	373
f) Princípio da parcelaridade.....	373
g) Princípio da interpretação conforme a constituição como técnica de controle concentrado de normas	374
h) Princípio da declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução do texto	374
i) Princípio da declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade.....	376
j) Princípio da declaração de inconstitucionalidade da norma ainda constitucional, mas em trânsito para a inconstitucionalidade	376
k) Princípio do apelo ao legislador	377
l) Princípio da reserva do impossível.....	377
m) Princípio da reserva do possível.....	380
m.1) Reserva do possível e a Teoria do direito de ter direitos	382
11. Controle de constitucionalidade por elevação da causa	384
12. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	386
13. Cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97; CPC de 2015, arts. 948 a 950)	389
14. Controle preventivo de constitucionalidade.....	392
14.1. Colocação da matéria.....	392
14.2. Controle preventivo realizado pelas Comissões de Constituição e Justiça.....	393
14.3. Controle preventivo realizado pelo Chefe do Poder Executivo (veto jurídico)	394
15. Controle repressivo de constitucionalidade	394
15.1. Colocação da matéria.....	394
15.2. A regra é o Judiciário realizar o controle repressivo de constitucionalidade.....	394
15.3. Casos excepcionais em que o controle repressivo é realizado pelo Legislativo.....	395
15.3.1. Poder congressional de sustar atos normativos do Executivo (CF, art. 49, V).....	395
15.3.2. Apreciação congressional de medidas provisórias (CF, art. 62, §§ 3º, 5º e 10).....	396

Capítulo 7 — PODER CONSTITUINTE

1. Significado.....	397
2. Concepção clássica: a teoria de Emmanuel Joseph Sieyès	398
3. Formas de manifestação.....	401
4. Existe um poder constituinte “municipal”?.....	402
5. Etapa de criação constitucional: o poder constituinte originário	403
5.1. Natureza.....	403
5.2. Características.....	404
5.3. Espécies.....	405
a) Poder constituinte formal.....	405
b) Poder constituinte material	405
c) Poder constituinte revolucionário.....	405
5.4. Titularidade.....	406
5.5. Exercício.....	407
5.6. Limites extrajurídicos	408
5.6.1. Limites ideológicos.....	409
5.6.2. Limites institucionais.....	410
5.6.3. Limites substanciais (transcendentes, imanentes e heterônomos)	410
6. Etapa de reforma constitucional: o poder constituinte derivado	411
6.1. Natureza.....	411
6.2. Características.....	412
6.3. Espécies.....	412
6.4. Titularidade e exercício.....	413
6.5. Emenda e revisão: espécies do gênero “reforma constitucional”	413
6.6. Regime jurídico do poder constituinte derivado.....	414
6.7. Limites do poder reformador.....	414
6.8. Limites expressos	415
6.8.1. Limites formais.....	415

6.8.2. Limites circunstanciais.....	416
6.8.3. Limites materiais	417
a) Cláusulas pétreas	420
b) Extensão das cláusulas pétreas.....	420
c) As cláusulas pétreas podem ser reformuladas?.....	422
d) Eficácia das cláusulas pétreas.....	424
6.9. Limites implícitos.....	424
6.9.1. Limites implícitos aos direitos e garantias fundamentais	425
6.9.2. Limites implícitos à titularidade do poder constituinte originário	425
6.9.3. Limites implícitos à titularidade do poder reformador	425
6.9.4. Limites implícitos ao processo legislativo especial de reforma.....	425
7. Etapa de criação e reforma das cartas estaduais: o poder constituinte decorrente	426
7.1. Natureza.....	426
7.2. Características.....	427
7.3. Espécies.....	427
a) Poder constituinte decorrente institucionalizador.....	427
b) Poder constituinte decorrente reformador.....	429
7.4. Titularidade e exercício.....	429
7.5. Regime jurídico do poder constituinte decorrente.....	431
7.6. Limites	431
7.6.1. Limites autônomos.....	432
a) Princípios constitucionais sensíveis (ou enumerados)	433
b) Princípios constitucionais organizatórios (ou estabelecidos)	433
c) Princípios constitucionais extensíveis	435
7.6.2. Limites heterônomos.....	436
8. Etapa da mutação constitucional: o poder constituinte difuso.....	437
8.1. Natureza.....	437
8.2. Características.....	437
8.3. Manifestação	438
8.4. Mutações constitucionais.....	438
8.4.1. Terminologia	439
8.4.2. Como se apresentam.....	439
8.4.3. Categorias	440
8.4.4. Rigidez e mutabilidade	441
8.4.5. Limites das mutações constitucionais.....	442
8.5. Mutações inconstitucionais.....	442
8.6. Manipulações constitucionais	443
8.7. Manipulações inconstitucionais	444
8.8. Ativismo judicial: perigoso veículo de fraude à Constituição.....	445
9. Etapa da criação e reforma das constituições supranacionais: o poder constituinte transnacional.....	447

Capítulo 8 — INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

1. O que é interpretar a constituição.....	449
2. A interpretação constitucional é indispensável	450
3. A quem compete interpretar a constituição?	450
4. Inexiste interpretação “especificamente” constitucional	452
5. Teoria da argumentação na exegese constitucional	454
6. Não há receita pronta e acabada para interpretar a constituição	456
7. Métodos de interpretação constitucional.....	458
7.1. Métodos clássicos de interpretação constitucional	458
7.1.1. Os problemas jurídicos sob a lente da Constituição	460
7.2. Métodos modernos de interpretação constitucional	461
8. Princípios de interpretação constitucional.....	462
a) Princípio da unidade da constituição	462

b)	Princípio da correção funcional.....	462
c)	Princípio da concordância prática (ou da harmonização)	463
d)	Princípio da eficácia integradora (ou do efeito integrador)	463
e)	Princípio da força normativa da constituição	464
f)	Princípio da máxima efetividade	464
g)	Princípio da razoabilidade (ou da proporcionalidade)	464
h)	Princípio da conformidade (ou da justeza constitucional)	464
9.	Técnicas de interpretação constitucional	466
a)	Técnica da ponderação de valores (ou interesses)	466
b)	Técnica da otimização de princípios	470
c)	Técnica da filtragem constitucional	470
10.	Postulado do legislador racional	471
11.	Síndrome da interpretação retrospectiva das constituições	472
12.	Interpretação inconstitucional de leis “constitucionais”	472
13.	Interpretação constitucional de leis “inconstitucionais”	473
14.	Interpretação conforme a constituição	473
a)	Interpretação conforme com redução do texto	477
b)	Interpretação conforme sem redução do texto	477

Capítulo 9 — APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

1.	Aplicabilidade constitucional	479
2.	Eficácia constitucional	479
3.	Eficácia normativa das constituições	480
4.	Eficácia social das constituições	481
5.	Classificação da aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais	481
a)	Normas constitucionais de eficácia absoluta e aplicabilidade imediata	482
b)	Normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade imediata	483
c)	Normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata	484
c.1)	Enquadramento eficaz do art. 5º, § 1º, da Carta de 1988	485
d)	Normas constitucionais de eficácia limitada e aplicabilidade diferida	485
d.1)	Normas limitadas por princípio institutivo	486
d.2)	Normas limitadas por princípio programático	487
e)	Normas constitucionais de eficácia esvaziada e aplicabilidade esgotada	488
f)	Normas constitucionais de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada	490
6.	Imperatividade eficaz das normas constitucionais	490
7.	Efeitos temporais da norma constitucional	491
a)	Princípio da recepção	492
b)	Princípio da recepção material	492
c)	Princípio da revogação	493
d)	Princípio da repristinação	493
e)	Princípio da desconstitucionalização	494

Capítulo 10 — CARACTERÍSTICAS DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

1.	Panorama das nossas constituições	495
2.	Constituição de 1824	495
3.	Constituição de 1891	497
4.	Constituição de 1934	498
5.	Constituição de 1937	498
6.	Constituição de 1946	499
7.	Constituição de 1967	500
7.1.	Emenda Constitucional n. 1/69 à Constituição de 1967	501
8.	Constituição de 1988	502

Capítulo 11 — PREÂMBULO CONSTITUCIONAL

1.	Significado	505
2.	Natureza jurídica	506

3. Não há inconstitucionalidade por violação do preâmbulo	507
4. Mensagem preambular da Constituição de 1988	507
5. Evocação à divindade	508
Capítulo 12 — PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	
1. Que são princípios fundamentais	510
2. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil	511
3. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	523
4. Princípios regentes das relações internacionais da República brasileira	524
5. Idioma oficial e símbolos da República Federativa do Brasil	527
Capítulo 13 — DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	
1. Teoria geral dos direitos e garantias fundamentais	529
2. Que são direitos fundamentais	529
3. Natureza jurídica dos direitos e garantias fundamentais	530
4. Finalidades dos direitos fundamentais: defesa e instrumentalização	530
5. Declarações de direitos fundamentais	530
6. Gerações dos direitos fundamentais	531
6.1. Gerações, famílias e dimensões dos direitos fundamentais	531
a) Direitos fundamentais de primeira geração: direitos individuais	532
b) Direitos fundamentais de segunda geração: direitos sociais, econômicos e culturais	532
c) Direitos fundamentais de terceira geração: direitos de fraternidade ou solidariedade	532
d) Direitos fundamentais de quarta geração: direito dos povos	533
e) Direitos fundamentais de quinta geração: direito à paz	533
f) Direitos fundamentais de sexta geração: direito à democracia, à informação e ao pluralismo político	534
7. Direitos não se confundem com garantias fundamentais	535
8. Classificação das garantias fundamentais na Constituição de 1988	536
9. Abrangência dos direitos e garantias fundamentais	536
10. Características dos direitos e garantias fundamentais	537
11. Os direitos e garantias fundamentais, em regra, são relativos	537
12. Destinatários dos direitos e garantias fundamentais	539
12.1. O estrangeiro e as liberdades públicas	539
12.2. Pessoa jurídica e liberdades públicas	540
12.3. Empresas estrangeiras e liberdades públicas	541
12.4. Quase pessoas jurídicas e liberdades públicas	541
13. Caráter vinculante dos direitos e garantias fundamentais	542
a) Vinculação legislativa	542
b) Vinculação executiva	542
c) Vinculação jurisdicional	543
14. Eficácia e aplicabilidade dos direitos e garantias fundamentais	543
14.1. Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais	544
14.2. Eficácia horizontal e harmonização de interesses em disputa	545
15. Direitos e deveres individuais e coletivos	546
16. Direito à vida (art. 5º, <i>caput</i>)	546
16.1. Aborto	548
16.2. Anencefalia	548
16.3. Eutanásia	552
16.3.1. “Morte digna”: a experiência norte-americana	553
16.4. Suicídio	554
16.5. Pena de morte	554
16.6. Clonagem	556
17. Princípio da igualdade (art. 5º, <i>caput</i>)	557
a) Ações afirmativas	558
b) Política de cotas na UnB: a ADPF 186	560
17.1. Objetivos do princípio da igualdade: posição do STF	563

17.2. Igualdade formal e igualdade material	564
17.3. Igualdade perante a lei e igualdade na lei	564
17.4. Limite de idade em concurso público e princípio da igualdade	565
17.5. Igualdade entre homens e mulheres	565
17.6. Igualdade entre sexos e admissão em emprego: a Lei n. 9.029/95	566
17.7. Prerrogativa de foro em ações de separação judicial e divórcio direto	566
18. Princípio constitucional da legalidade (arts. 5º, II, 37, <i>caput</i> , E 84, IV)	567
18.1. Legalidade e reserva legal	569
18.2. Princípio da legalidade e outorga do poder regulamentar	569
19. Proibição à tortura (art. 5º, III)	569
20. Liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV)	570
20.1. Vedação constitucional ao anonimato: posição do STF	572
21. Direito de resposta (art. 5º, V)	573
22. Inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem (art. 5º, X)	575
22.1. Vida privada e intimidade	575
22.2. Honra	576
22.3. Imagem	576
23. Indenização por dano material, moral, estético e à imagem (art. 5º, V e X)	577
23.1. Dano material	577
23.2. Dano moral	578
23.3. Dano estético	579
23.4. Dano à imagem	580
24. Liberdade de consciência, de religião e de convicção (art. 5º, VI e VIII)	580
24.1. Escusa de consciência	582
24.2. Intolerância religiosa	583
a) Intolerância religiosa como conduta de ódio	585
b) Intolerância religiosa subjetiva e objetiva	587
c) Vedação constitucional à intolerância religiosa	588
d) Legislação sobre intolerância religiosa	590
e) Por uma nova legislação de combate à intolerância religiosa	592
25. Assistência religiosa (art. 5º, VII)	593
26. Liberdade de expressão (art. 5º, IX)	593
26.1. Limites à liberdade de expressão	594
27. Inviolabilidade de domicílio (art. 5º, XI)	595
27.1. Dia e noite para fins de inviolabilidade domiciliar	597
27.2. Inviolabilidade domiciliar e Fisco	598
27.3. Inviolabilidade domiciliar e princípio da reserva de jurisdição	598
28. Direito ao sigilo (art. 5º, XII)	599
28.1. Sigilo de correspondência	600
28.2. Sigilo das comunicações telegráficas	602
28.3. Sigilo das comunicações de dados	602
a) Sigilo bancário	603
b) Sigilo fiscal	606
c) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pelas CPIs	608
d) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pela Receita Federal	609
d.1) Primeiro estágio da jurisprudência do STF: quebra de sigilo só com ordem judicial ..	611
d.2) Segundo estágio da jurisprudência do STF: quebra de sigilo sem ordem judicial	612
e) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pelo Ministério Público	615
28.4. Sigilo das comunicações telefônicas	617
a) Interceptação telefônica	618
a.1) Considerações sobre a Lei n. 9.296/96 (interceptações telefônicas)	618
b) Interceptação telefônica em face do sigilo profissional	622
c) Gravação clandestina	623
c.1) Absurdo que deve ser combatido	625
c.2) Quando uma gravação como meio de prova é válida	626
28.5. Sigilo das comunicações telemáticas	627

29. Direito de reunião (art. 5º, XVI)	628
30. Direito de associação (art. 5º, XVII a XXI)	630
31. Direito de propriedade (art. 5º, XXII)	632
32. Função social da propriedade (arts. 5º, XXIII; 170; 182, § 2º; e 186, <i>caput</i>)	634
33. Desapropriação (art. 5º, XXIV)	635
34. Direito de requisição (art. 5º, XXV)	637
35. Garantia à pequena propriedade rural (art. 5º, XXVI)	639
36. Proteção aos direitos autorais (art. 5º, XXVII e XXVIII, <i>a e b</i>)	640
37. Proteção à propriedade industrial (art. 5º, XXIX)	641
38. Direito de herança (art. 5º, XXX)	641
39. Sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil (art. 5º, XXXI)	642
40. Defesa do consumidor (arts. 5º, XXXII, e 170, V)	642
41. Liberdade de informação (art. 5º, XIV e XXXIII)	643
41.1. Liberdade de acesso à informação (art. 5º, XIV)	643
a) Sigilo da fonte	643
b) O jornalista e a proteção do sigilo da fonte	643
41.2. Direito de receber informações dos órgãos públicos (art. 5º, XXXIII)	644
a) Decreto n. 5.301/2004	645
b) Decreto n. 5.584/2005	646
c) Lei n. 12.527/2011	646
42. Inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV)	646
43. Garantia da estabilidade das relações jurídicas (art. 5º, XXXVI)	650
43.1. Direito adquirido	651
a) Como funciona a garantia do direito adquirido	651
b) Consequências processuais advindas do direito adquirido	652
c) Direito adquirido e regime jurídico de instituto de direito	652
d) Direito consumado, expectativa de direito e simples faculdades legais	654
43.2. Ato jurídico perfeito	654
43.3. Coisa julgada	655
43.4. Preservação de situações de fato	656
44. Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII)	657
44.1. Plenitude de defesa (art. 5º, XXXVIII, <i>a</i>)	657
44.2. Sigilo das votações (art. 5º, XXXVIII, <i>b</i>)	658
44.3. Soberania dos veredictos e recorribilidade da decisão (art. 5º, XXXVIII, <i>c</i>)	659
44.4. Competência do júri quanto aos crimes dolosos contra a vida (art. 5º, XXXVIII, <i>d</i>)	660
44.5. Competências especiais por prerrogativa de função	660
45. Garantias constitucionais criminais	662
45.1. Legalidade e anterioridade da lei penal incriminadora (art. 5º, XXXIX)	662
45.2. Retroatividade da lei penal (art. 5º, XL)	663
45.3. Discriminação a direitos e liberdades fundamentais (art. 5º, XLI)	665
45.4. Prática de racismo (art. 5º, XLII)	665
45.5. Crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia (art. 5º, XLIII)	666
45.6. Ação de grupos armados, civis e militares (art. 5º, XLIV)	669
45.7. Intransmissibilidade das penas (art. 5º, XLV)	669
45.8. Individualização das penas (art. 5º, XLVI)	670
45.9. Cumprimento das penas (art. 5º, XLVIII)	671
45.10. Prerrogativas dos presos (art. 5º, XLIX, L, LXII a LXVI, LXXV)	671
a) Análise da prisão preventiva na ordem constitucional brasileira	674
45.11. Identificação criminal (art. 5º, LVIII)	677
a) Advento da Lei n. 12.037/2009	678
b) Os não identificados civilmente	678
c) Como atestar a identificação civil	678
d) O que se inclui na identificação criminal	679
e) Direito de requerer a retirada da identificação fotográfica do inquérito ou processo	679
f) Revogação da Lei n. 10.054, de 7-12-2000	679
45.12. Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX)	679
45.13. Regra da não prisão (art. 5º, LXI)	681
45.14. Prisão civil por dívida (art. 5º, LXVII)	682

a) Descumprimento de obrigação alimentar	685
b) Prisão civil e prestação alimentícia em atraso.....	685
c) Prisão civil do devedor fiduciário.....	686
46. Extradicação (art. 5º, LI e LII)	686
46.1. Regras constitucionais para a extradicação.....	688
46.2. Requisitos legais para a extradicação.....	690
46.3. Competência para processar e julgar o extraditando.....	692
46.4. Deveres do Estado requerente da extradicação.....	692
46.5. Pedido de extensão: entendimento do STF	693
46.6. Papel do Supremo Tribunal Federal na extradicação.....	693
46.7. Pedido extradicional: procedimento	694
46.8. Prisão no procedimento extradicional	695
46.9. Legalidade do ato concessivo de refúgio e natureza dos crimes imputados ao extraditando: o “caso Cesare Battisti”	696
46.9.1. Reflexões sobre o “caso Cesare Battisti”	699
46.10. Expulsão	700
46.11. Extradicação e expulsão de estrangeiro com cônjuge e filhos brasileiros	702
47. Devido processo legal (art. 5º, LIV).....	703
47.1. Funcionamento e importância do devido processo legal.....	704
47.2. Qual a amplitude do devido processo legal?	704
47.3. Princípios constitucionais derivados do devido processo legal	706
a) Princípio implícito do duplo grau de jurisdição	707
b) Princípio da razoabilidade.....	709
c) Princípios do juiz e do promotor natural (art. 5º, XXVII e LIII)	710
d) Princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV)	713
d.1) Interrogatório por videoconferência	716
e) Princípio da proibição da prova ilícita (art. 5º, LVI).....	718
e.1) Uso excepcional das provas ilícitas e princípio da proporcionalidade	720
e.2) Convalidação das provas ilícitas em nome da legítima defesa	721
e.3) Provas ilícitas por derivação: frutos da árvore envenenada.....	723
f) Princípio da motivação das decisões (art. 93, IX e X)	725
g) Princípio da publicidade (arts. 5º, LX, e 93, IX)	727
g.1) Mudança de voto depois de proclamado o resultado do julgamento	729
h) Princípio da razoável duração do processo (art. 5º, LXVIII)	730
i) Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII).....	732
i.1) HC 126.292/SP do STF: pena pode ser cumprida após decisão de segunda instância	735
i.2.) ADCs 43, 44 e 54: início do cumprimento da pena só após o trânsito em julgado....	738
i.3) Delação premiada.....	740
48. Tratados internacionais e direitos fundamentais (art. 5º, § 2º)	742
48.1. Princípio da não tipicidade constitucional	743
48.2. Incorporação dos tratados internacionais na ordem jurídica brasileira	743
a) Regime jurídico do art. 5º, § 2º, da CF: o novo entendimento do STF	745
b) Regime jurídico do art. 5º, § 3º, da CF: equivalência com as emendas constitucionais	747
49. Tribunal Penal Internacional (art. 5º, § 4º).....	750
49.1. Estatuto de Roma e prisão de chefe de Estado estrangeiro.....	750
50. Pacto de San José da Costa Rica em face da Constituição brasileira.....	753
a) Finalidades do Pacto de San José da Costa Rica	754
b) Pontos de interseção entre o Pacto de San José da Costa Rica e a Constituição brasileira....	754
c) Temas decididos pelo STF com base no Pacto de San José da Costa Rica.....	755

Capítulo 14 — INSTRUMENTOS DE TUTELA DAS LIBERDADES

1. Que são instrumentos de tutela das liberdades?.....	756
2. Direito de petição (art. 5º, XXXIV, a).....	757
3. Direito de certidão (art. 5º, XXXIV, b)	759

4. <i>Habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII)	761
4.1. Perfil do <i>habeas corpus</i>	762
4.2. Pressupostos constitucionais de impetração	768
4.3. Legitimidade ativa no <i>habeas corpus</i>	769
4.4. Legitimidade passiva no <i>habeas corpus</i>	771
4.5. Ato de particular	771
4.6. Ato de Tribunais Regionais Federais ou Tribunais estaduais	772
4.7. Ato ilegal imputado a promotor de justiça	773
4.8. Ato de membro do Ministério Público Federal	774
4.9. Ato de Turma Recursal de Juizados Especiais Criminais	774
4.10. Ato de juiz especial nos Juizados Especiais Criminais	775
4.11. Punições disciplinares militares	776
4.12. Coação ilegal atribuída à Turma do STF	776
4.13. Liminar em <i>habeas corpus</i>	776
4.14. Empate no <i>habeas corpus</i> : favorecimento ao paciente	777
4.15. <i>Habeas corpus</i> e recurso ordinário: ajuizamento simultâneo	777
4.16. <i>Habeas corpus</i> e substituição de recurso ordinário constitucional	777
5. Mandado de segurança (art. 5º, LXIX)	778
5.1. Perfil do mandado de segurança	779
5.2. Cabimento do mandado de segurança	780
5.3. Legitimidade ativa no mandado de segurança (impetrante)	783
5.4. Legitimidade passiva no mandado de segurança (impetrado)	785
5.5. Autoridade coatora no mandado de segurança (coator)	785
5.6. Procedimento	787
a) Petição inicial	787
5.7. Prazo para impetração	789
5.8. Competência	790
a) Competência do Supremo Tribunal Federal	790
a.1) Excepcionalmente, compete ao STF julgar <i>mandamus</i> contra ato da própria Corte	791
b) Competência do Superior Tribunal de Justiça	792
c) Competência dos Tribunais Regionais Federais	792
d) Competência dos juízes federais	792
e) Competência dos Juizados Especiais	792
5.9. Liminar em mandado de segurança	792
a) Disciplina da medida liminar na Lei n. 12.016/2009	793
6. Desistência da ação de segurança	795
7. Mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX)	796
7.1. Regime jurídico	796
7.2. Natureza	797
7.3. Finalidade: defender direitos coletivos e individuais homogêneos	797
7.4. Objeto: não se exige que o direito seja peculiar à classe	798
7.5. Impetração simultânea do <i>writ</i> coletivo e individual: possibilidade	799
7.6. Legitimidade ativa (impetrantes)	799
a) Partidos políticos com representação no Congresso Nacional	800
b) Sindicatos, entidades de classe e associações	802
7.7. Legitimidade passiva	803
7.8. <i>Writ</i> coletivo e litisconsórcio	803
7.9. Coisa julgada	803
7.10. Liminar em <i>writ</i> coletivo	804
8. Mandado de injunção (art. 5º, LXXI)	804
8.1. Antecedentes	805
8.2. Natureza jurídica	806
8.3. Mandado de injunção e ADIn por omissão	806
8.4. Requisitos	806

8.5. Objeto	807
8.6. Legitimidade ativa	808
a) Mandado de injunção coletivo.....	809
8.7. Legitimidade passiva	810
8.8. Procedimento: Lei n. 13.300/2016.....	811
8.8.1. Petição inicial	812
8.8.2. Oitiva do Ministério Público	812
8.9. Medida liminar	812
8.10. Competência	813
8.11. Decisão.....	814
8.12. Efeitos do mandado de injunção	814
a) Efeitos do mandado de injunção na Lei n. 13.300/2016.....	816
8.13. Análise da Lei n. 13.300/2016.....	819
9. <i>Habeas data</i> (art. 5º, LXXII)	820
9.1. Antecedentes	820
9.2. Natureza jurídica	820
9.3. Finalidades	821
9.4. Cabimento	821
a) Imprescindibilidade do interesse de agir.....	821
b) <i>Habeas data</i> e dados sigilosos da sociedade e do Estado	822
9.5. Legitimidade ativa	823
a) Impetração em nome de terceiros	823
b) <i>Habeas data</i> coletivo	824
9.6. Legitimidade passiva	824
9.7. Competência	825
9.8. Procedimento (Lei n. 9.507/97)	826
10. Ação popular (art. 5º, LXXIII)	827
10.1. Origem.....	828
10.2. Perfil constitucional.....	828
10.3. Finalidade: defender interesses difusos	829
10.4. Objeto: combater atos lesivos e ilegais.....	829
10.5. Legitimidade ativa	831
10.6. Legitimidade passiva	832
10.7. Competência	833
10.8. Sentença e coisa julgada	834
10.9. Isenção de custas e ônus da sucumbência	834

Capítulo 15 — DIREITOS SOCIAIS

1. Direitos sociais: noção e funcionamento	835
2. Finalidade dos direitos sociais.....	835
3. Natureza dos direitos sociais	835
4. Sujeito passivo dos direitos sociais	836
5. Classificação dos direitos sociais.....	836
6. Efetividade e proteção dos direitos sociais	836
7. Direitos sociais e direitos dos trabalhadores.....	837
8. Previsão constitucional dos direitos sociais (art. 6º)	838
8.1. Alimentação e transporte como direitos sociais básicos: a Emenda Constitucional n. 64/2010	840
9. Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º)	841
9.1. Direitos dos trabalhadores domésticos: a Emenda Constitucional n. 72, de 2-4-2013.....	856
10. Liberdade de associação profissional e sindical (art. 8º).....	858
10.1. Princípios constitucionais da liberdade associativa (art. 8º, I a VIII)	858
10.2. Contribuições confederativa e sindical	861
11. Direito de greve (art. 9º)	863

Capítulo 16 — DIREITO DE NACIONALIDADE

1. Significado.....	865
2. Noções correlatas à nacionalidade.....	865
3. Brasileiros natos e naturalizados.....	866
a) Brasileiro nato	866
b) Brasileiro naturalizado	866
4. Tipos de nacionalidade: originária e secundária.....	867
4.1. Aquisição da nacionalidade originária.....	867
a) Regra do <i>ius solis</i> ou <i>ius loci</i> (art. 12, I, <i>a</i>).....	868
b) Regra do <i>ius sanguinis</i> + critério funcional (art. 12, I, <i>b</i>).....	868
c) Regra da nacionalidade potestativa: <i>ius sanguinis</i> + critério residencial + opção confirmativa (art. 12, I, <i>c</i>).....	869
c.1) Nacionalidade potestativa e opção.....	869
c.2) Nacionalidade potestativa antes da Carta de 1988.....	870
c.3) Nacionalidade potestativa depois da Carta de 1988.....	870
c.4) ECR n. 3/94: supressão do critério <i>ius sanguinis</i> + registro.....	870
c.5) EC n. 54/2007: registro em repartição competente e maioria (18 anos completos).....	871
4.2. Aquisição da nacionalidade secundária.....	873
4.2.1. Polipátridas e apátridas (ou <i>Heimatlos</i>).....	873
a) Polipátridas e os conflitos positivos de nacionalidade.....	873
b) Apátridas e os conflitos negativos de nacionalidade.....	874
4.2.2. Tipos de naturalização.....	875
a) Naturalização tácita (ou grande naturalização).....	875
b) Naturalização expressa (explícita ou taxativa).....	875
b.1) Naturalização ordinária (ou comum).....	875
b.1.1) Quase nacionalidade.....	876
b.2) Naturalização extraordinária (ou quinquenária).....	879
4.2.3. Radicação precoce e conclusão de curso superior.....	880
5. A lei não pode distinguir brasileiros natos e naturalizados.....	882
a) Extradição (CF, art. 5º, LI).....	882
b) Cargos (CF, art. 12, § 3º).....	882
c) Função (CF, art. 89, VII).....	883
d) Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora, de sons e imagens (CF, art. 222).....	883
6. Perda da nacionalidade.....	884
6.1. Ação de cancelamento de naturalização (perda-punição).....	885
6.2. Naturalização voluntária (perda-mudança).....	885
a) Reconhecimento da nacionalidade originária pela lei estrangeira.....	886
b) Imposição de naturalização pela norma estrangeira.....	886
6.3. Nacionalidade adquirida com fraude à lei.....	886
6.4. Exclusão de hipótese da Carta de 1967.....	887
7. Reaquisição da nacionalidade brasileira perdida.....	887

Capítulo 17 — DIREITOS POLÍTICOS

1. Que são direitos políticos.....	888
2. Como se classificam os direitos políticos.....	888
3. Direitos políticos positivos.....	888
3.1. Direito de sufrágio.....	889
a) Natureza jurídica do sufrágio.....	889
b) Espécies de sufrágio.....	890
c) Direito de sufrágio e as capacidades eleitorais ativa e passiva.....	891
c.1) Elegibilidade.....	892
c.2) Condições de elegibilidade (CF, art. 14, § 3º).....	892
d) Exercício do sufrágio: o direito de voto.....	894
d.1) Natureza do voto.....	895
d.2) Características do voto.....	895

d.3) Plebiscito e referendo: formas de exercer o direito de voto	896
e) Eleitorado	898
e.1) Impossibilidade de “corpos eleitorais”	898
3.2. Sistemas eleitorais	898
a) Sistema majoritário	899
b) Sistema proporcional	899
c) Sistema misto	900
3.3. Procedimento eleitoral	901
4. Direitos políticos negativos	901
4.1. Inelegibilidades	902
4.1.1. Panorama das inelegibilidades na Constituição de 1988	902
a) Inelegibilidades absolutas	903
b) Inelegibilidades relativas	903
b.1) Inelegibilidade funcional por motivo de reeleição (art. 14, § 5º)	904
b.2) Inelegibilidade funcional por motivo de desincompatibilização (art. 14, § 6º) ..	908
b.3) Inelegibilidade reflexiva — casamento, parentesco ou afinidade (art. 14, § 7º)	912
b.4) Inelegibilidades militares (art. 14, § 8º)	917
b.5) Inelegibilidades legais (art. 14, § 9º)	918
4.1.2. Emenda Constitucional n. 111, de 28-9-2021	922
4.2. Privação dos direitos políticos	923
4.2.1. Perda dos direitos políticos	924
4.2.2. Suspensão dos direitos políticos	926
a) Condenação criminal transitada em julgado (CF, art. 15, III): conclusões do STF e do TSE	926
b) Condenação criminal transitada em julgado e perda do mandato de parlamentares federais	928
c) Condenação criminal transitada em julgado e a Lei Complementar n. 64/90 (art. 1º, I, e)	930
5. Reaquisição dos direitos políticos	930
5.1. Reaquisição dos direitos políticos perdidos	930
5.2. Reaquisição dos direitos políticos suspensos	931
6. Princípio da anualidade eleitoral	931
a) Exceção ao princípio da anualidade eleitoral: hipótese de eleição indireta	932
6.1. Criação de Município em ano eleitoral: impossibilidade	933
7. Cassação dos direitos políticos	933
7.1. Cumprimento imediato das decisões da Justiça Eleitoral	934
8. Impugnação de mandato eletivo	934
8.1. Ação de impugnação de mandato eletivo	935
9. Princípio da fidelidade partidária	936
10. Renúncia a mandato parlamentar e coligação	938

Capítulo 18 — PARTIDOS POLÍTICOS

1. Que são partidos políticos?	939
2. Origem dos partidos políticos	939
3. Partidos políticos na Constituição de 1988	939
4. Criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos	940
5. Autonomia partidária	942
6. Registro partidário	943
7. Recursos do fundo partidário e propaganda eleitoral	944
8. Partidos políticos e organizações paramilitares	945
9. Inconstitucionalidade da cláusula de barreira	945
10. Do princípio da verticalização das coligações partidárias à regra da não obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas (CF, art. 17, § 1º)	946

Capítulo 19 — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

1. Organização político-administrativa e divisão espacial do poder	949
--	-----

2. Federação	949
2.1. O Estado Federal brasileiro	951
2.2. Princípio da indissolubilidade do pacto federativo (CF, arts. 1º, <i>caput</i> , e 18, <i>caput</i>)	952
2.3. Princípio implícito da simetria federativa	952
2.4. Federalismo assimétrico (CF, arts. 23; 43; 151, I; 155, I, b, § 2º, VI e XII, g)	953
3. Entidades componentes da federação brasileira	954
4. União	954
4.1. Bens da União (CF, art. 20, I a XI)	955
4.2. Participação em recursos minerais (CF, art. 20, § 1º)	957
4.3. Faixa de fronteira (CF, art. 20, § 2º)	957
4.4. Regiões administrativas ou de desenvolvimento (CF, art. 43, §§ 1º a 3º)	958
5. Estados	959
5.1. Autonomia estadual (CF, art. 25)	960
5.1.1. Organização dos governos estaduais (CF, arts. 27, 28 e 125)	962
5.2. Bens dos Estados (CF, art. 26, I a IV)	965
5.3. Formação de Estados (CF, art. 18, § 3º)	965
5.4. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões (CF, art. 25, § 3º)	966
6. Municípios	967
6.1. Autonomia municipal (CF, arts. 1º, <i>caput</i> ; 18, <i>caput</i> ; 29; 30 e 34, VII, c)	968
6.2. Lei orgânica municipal (CF, art. 29)	969
6.3. Organização dos governos municipais (CF, arts. 29 e 29-A)	970
a) Eleição e posse de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores (CF, art. 29, I a III)	970
b) Remuneração de prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais (CF, art. 29, V)	970
c) Prefeito — perda do mandato (CF, art. 29, XIV)	971
d) Julgamento do prefeito — foro especial por prerrogativa de função (CF, art. 29, X)	971
d.1) Competência dos Tribunais de Justiça	972
d.2) Competência das Câmaras de Vereadores	974
d.3) Competência dos Tribunais Regionais Eleitorais	974
d.4) Competência dos Tribunais Regionais Federais	974
d.5) Competência dos juízes de direito	975
e) Crime de responsabilidade do prefeito (CF, art. 29-A, § 2º)	976
f) Número de vereadores por Município (CF, art. 29, IV)	977
f.1) Primeira redação do art. 29, IV, advinda da manifestação constituinte originária de 1988	977
f.2) Segunda redação do art. 29, IV, proveniente da Emenda Constitucional n. 58/2009	979
f.2.1) Inconstitucionalidade do art. 3º, I, da Emenda Constitucional n. 58/2009	979
f.2.1.1) Decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás	981
f.2.1.2) ADIns no Supremo Tribunal Federal	981
g) Remuneração de vereadores (CF, art. 29, VI e VII)	984
h) Imunidade material dos vereadores (CF, art. 29, VIII)	986
i) Proibições e incompatibilidades dos vereadores (CF, art. 29, IX)	988
j) Crime de responsabilidade do Presidente da Câmara de Vereadores (CF, art. 29-A, § 3º)	989
k) Funções legislativas e fiscalizatórias da Câmara Municipal (CF, art. 29, XI)	989
l) Cooperação no planejamento do Município (CF, art. 29, XII)	989
m) Iniciativa popular de projetos de lei (CF, art. 29, XIII)	989
6.4. Fiscalização do Município (CF, art. 31, §§ 1º a 4º)	989
6.5. Formação de Municípios (CF, art. 18, § 4º — redação dada pela EC n. 16/96)	990
6.5.1. Emenda Constitucional n. 57/2008	992
7. Distrito Federal	993
7.1. Natureza	993
7.2. Brasília — Capital Federal	993
7.3. Autonomia	994
7.4. Governo do Distrito Federal	996

8. Vedações constitucionais de natureza federativa	997
9. Territórios Federais	998
9.1. Natureza autárquica	999
9.2. Como surgiram os Territórios Federais	999
9.3. Não mais existem Territórios Federais no Brasil	999
a) Os novos Estados de Roraima e Amapá	999
b) Fernando de Noronha: Distrito do Estado de Pernambuco	1000
9.4. Podem ser criados novos Territórios Federais no Brasil	1001
10. Competências federativas	1002
10.1. Repartição de competências federativas	1003
a) Princípio da predominância do interesse	1003
b) Técnicas de repartição de competências	1003
10.2. Panorama das competências federativas na Constituição de 1988	1004
10.3. Competências da União	1007
a) Competências administrativas da União (CF, art. 21, I a XXV)	1007
a.1) Emenda Constitucional n. 69, de 29 de março de 2012	1010
b) Competências legislativas da União (CF, art. 22, I a XXIX)	1010
10.4. Competências dos Estados	1015
a) Competência remanescente ou reservada (CF, art. 25, § 1º)	1016
b) Competência enumerada (CF, arts. 18, § 4º, e 25, §§ 2º e 3º)	1016
c) Competência delegada (CF, art. 22, parágrafo único)	1016
d) Competência concorrente (CF, art. 24, I a XVI)	1017
e) Competência suplementar (CF, art. 24, §§ 1º a 4º)	1017
10.5. Competências do Distrito Federal	1018
10.6. Competências dos Municípios	1018
10.7. Competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios	1020
10.8. Competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal	1022
10.9. Competência suplementar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	1025
11. Intervenção	1026
11.1. Intervenção da União nos Estados, no Distrito Federal ou nos Municípios situados em Territórios Federais	1028
a) Pressupostos materiais da intervenção federal (CF, art. 34, I a VII)	1029
b) Pressupostos formais da intervenção federal (CF, art. 36, I a III)	1032
c) Procedimento da intervenção federal	1032
c.1) Fase inicial	1032
c.2) Fase judicial	1033
c.3) Fase do decreto interventivo	1033
c.4) Fase do controle político e jurisdicional	1034
11.2. Intervenção estadual nos Municípios	1035

Capítulo 20 — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. Significado de Administração Pública na Constituição de 1988	1038
2. Decreto-Lei n. 200/67	1040
2.1. Administração direta	1040
2.2. Administração indireta	1040
3. Princípios constitucionais da Administração Pública	1042
3.1. Princípio da legalidade administrativa	1043
3.2. Princípio da impessoalidade administrativa	1044
3.3. Princípio da moralidade administrativa	1044
3.4. Princípio da publicidade administrativa	1047
3.5. Princípio da eficiência administrativa	1047
4. Preceitos constitucionais da Administração Pública	1050
5. Agentes públicos na Constituição	1068
5.1. Agentes políticos	1069

5.2. Particulares em regime de colaboração com o Poder Público	1069
5.3. Servidores públicos	1070
5.3.1. Servidores públicos no exercício de mandato eletivo	1070
5.3.2. Direitos sociais dos servidores públicos civis	1071
5.3.3. Formação e aperfeiçoamento de servidores públicos	1072
5.3.4. Prêmio de produtividade dos servidores públicos	1073
5.3.5. Estabilidade e efetividade dos servidores públicos civis	1073
5.3.6. Estágio probatório dos servidores públicos civis	1074
5.3.7. Perda do cargo do servidor público estável	1076
6. Sistema remuneratório dos agentes públicos	1077
6.1. Regime jurídico único	1078
6.2. Subsídios	1079
6.2.1. Irredutibilidade de subsídios	1081
6.2.2. Preservação do direito adquirido	1081
6.3. Teto remuneratório	1082
6.3.1. Emenda Constitucional n. 95/2016: limite de despesas públicas	1084
6.4. Regras remuneratórias no âmbito estadual, distrital e municipal	1084
6.5. Regras transitórias da EC n. 41/2003	1085
6.6. Princípio da periodicidade	1086
6.7. Vinculação e equiparação de espécies remuneratórias	1087
6.8. Proibição do “efeito repicão”	1088
6.9. Disponibilidade remunerada	1089
7. Aposentadoria dos agentes públicos	1090
7.1. Contribuição de inativos e pensionistas	1092
7.2. Espécies de aposentadoria	1092
a) Aposentadoria por incapacidade permanente	1092
a.1) Emenda Constitucional n. 70, de 29 de março de 2012	1094
b) Aposentadoria compulsória	1094
c) Aposentadoria voluntária	1095
7.3. Regras para a aposentadoria	1096
8. Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios	1101

Capítulo 21 — ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

1. Organização constitucional de Poderes	1103
2. Poderes do Estado e defesa das liberdades públicas	1105
3. Poder Legislativo	1105
3.1. Congresso Nacional	1106
a) Atribuições do Congresso Nacional	1108
a.1) Competência legislativa do Congresso Nacional (CF, art. 48, I a XV)	1109
a.2) Competência exclusiva do Congresso Nacional (CF, art. 49, I a XVIII)	1110
b) Convocação e comparecimento de Ministros de Estado (CF, art. 50, §§ 1º e 2º)	1114
c) Funcionamento do Congresso Nacional	1115
c.1) Legislação: significado e período de duração	1115
c.2) Sessões legislativas	1116
c.3) Recesso parlamentar	1117
c.4) Deliberações parlamentares	1118
c.4.1) Quórum	1118
c.4.2) Técnica de positivação constitucional das maiorias	1118
d) Voto de liderança e princípio da colegialidade	1119
3.2. Câmara dos Deputados	1119
a) Eleição de deputados federais no Distrito Federal	1121
b) Sistema proporcional	1121
c) Competência privativa da Câmara dos Deputados	1123
3.3. Senado Federal	1124
a) Sistema majoritário	1125

b) Competência privativa do Senado Federal.....	1125
3.4. Estatuto dos Congressistas.....	1130
3.5. Origem e crise das imunidades parlamentares.....	1130
3.6. Disciplina constitucional das imunidades parlamentares.....	1132
3.7. Imunidade material (CF, art. 53, <i>caput</i>).....	1132
a) Como funciona a imunidade material.....	1133
b) Imunidade material após o advento da EC n. 35/2001.....	1134
c) Extensão da imunidade material.....	1135
d) Imunidade material na jurisprudência do STF.....	1135
d.1) Irrenunciabilidade das imunidades.....	1136
d.2) Licenciamento para exercício de cargo no Poder Executivo.....	1136
d.3) Crimes contra a honra.....	1136
d.4) Proteção no exercício do mandato ou em razão dele.....	1137
d.5) Efeitos temporais da imunidade material.....	1139
d.6) Depoimento prestado em CPI.....	1139
d.7) Propaganda eleitoral.....	1140
d.8) Declaração em jornais e insuficiência de provas.....	1140
3.8. Imunidade processual (CF, art. 53, §§ 1º a 5º).....	1140
a) Conteúdo da imunidade processual.....	1141
b) Abrangência da imunidade processual.....	1141
c) Extensão no tempo da imunidade processual.....	1142
d) Imunidade processual na jurisprudência do STF.....	1142
d.1) Prerrogativa de foro em razão da função.....	1143
d.2) Prerrogativa de foro nas infrações penais comuns.....	1144
d.3) Arquivamento da denúncia.....	1144
d.4) Cancelamento da Súmula 394 do STF.....	1145
d.5) Atualidade do mandato e competência do STF.....	1146
d.6) Desnecessidade de licença prévia para o processo de parlamentares.....	1146
d.7) Deliberação do pedido de processo parlamentar à Casa legislativa.....	1147
d.8) Superveniência da EC n. 35/2001.....	1147
e) Pedido de sustação e prescrição suspensa (CF, art. 53, §§ 4º e 5º).....	1149
3.9. Isenção do dever de testemunhar (CF, art. 53, § 6º).....	1150
3.10. Incorporação às Forças Armadas (CF, art. 53, § 7º, c/c o art. 143).....	1151
3.11. Imunidade parlamentar durante o estado de sítio (CF, art. 53, § 8º).....	1151
3.12. Incompatibilidades (CF, art. 54).....	1151
3.13. Perda do mandato parlamentar (CF, art. 55, §§ 1º a 3º).....	1152
3.14. Renúncia do mandato parlamentar (CF, art. 55, § 4º).....	1155
3.14.1. Renúncia de parlamentar extingue a competência do STF.....	1156
3.15. Afastamento do congressista (CF, art. 56, I e II).....	1156
3.16. Suplência parlamentar (CF, art. 56, §§ 1º e 2º).....	1157
3.17. Vencimentos dos parlamentares: competência para fixar subsídios.....	1158
3.18. Comissões parlamentares.....	1159
3.19. Comissões permanentes.....	1160
3.20. Comissões temporárias ou especiais.....	1161
3.21. Comissões mistas.....	1161
3.22. Comissões parlamentares de inquérito.....	1162
a) Para que servem as CPIs.....	1163
b) Quórum de criação das CPIs.....	1164
c) Poderes investigatórios das CPIs.....	1165
c.1) Poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.....	1167
d) CPIs podem ordenar prisões?.....	1173
e) Limites constitucionais às CPIs.....	1174
f) Controle judicial das CPIs.....	1176

g) Medidas processuais contra atos das CPIs	1177
h) Intimação para depor em CPI	1180
i) Duração do inquérito parlamentar e prorrogação do prazo	1182
j) Direito ao silêncio e privilégio contra a autoincriminação	1185
k) Direito ao sigilo e decisão parlamentar fundamentada	1190
l) Prerrogativas profissionais do advogado	1194
m) Contraditório e ampla defesa no inquérito parlamentar	1197
n) Princípio da reserva de jurisdição no inquérito parlamentar	1199
o) Relatório	1201
p) Responsabilidade civil ou criminal dos infratores	1202
3.23. Comissão parlamentar representativa	1203
3.24. Processo legislativo	1203
3.24.1. Processo legislativo na Constituição de 1988	1204
3.24.2. Classificação do processo legislativo	1206
3.24.3. Fases de elaboração das leis e atos normativos	1206
a) Procedimento legislativo ordinário (ou comum)	1207
a.1) Fase introdutória do procedimento legislativo ordinário: a iniciativa de lei	1207
a.1.1) Iniciativa do Presidente da República (CF, art. 61, § 1º)	1208
a.1.2) Iniciativa de lei do Poder Judiciário	1213
a.1.3) Iniciativa de lei para fixação do teto salarial	1214
a.1.4) Iniciativa de lei do Ministério Público	1215
a.1.5) Iniciativa popular de lei	1216
a.2) Fase constitutiva do procedimento legislativo ordinário: as deliberações	1216
a.2.1) Deliberação parlamentar	1216
a.2.1.1) Emenda parlamentar	1219
a.2.1.2) Votação	1219
a.2.1.3) Prazo para deliberação parlamentar	1220
a.2.2) Deliberação executiva	1220
a.2.2.1) Sanção	1220
a.2.2.2) Veto presidencial	1221
a.3) Fase complementar do procedimento legislativo ordinário: a certificação e a comunicação	1223
a.3.1) Promulgação	1223
a.3.2) Publicação	1224
b) Procedimento legislativo sumário	1224
c) Procedimento legislativo especial	1225
3.25. Espécies normativas	1226
a) Hierarquia entre as espécies normativas	1226
b) Atributos das espécies normativas	1227
3.25.1. Emendas à Constituição	1228
a) Procedimento legislativo especial das emendas à Constituição	1228
a.1) Fase introdutória do procedimento legislativo especial de emenda	1229
a.2) Fase constitutiva do procedimento legislativo especial de emenda	1229
a.3) Fase complementar do procedimento legislativo especial de emenda	1230
3.25.2. Leis complementares	1230
a) Natureza das leis complementares	1230
b) Surgimento das leis complementares no Brasil	1231
c) Diferenças entre leis complementares e leis ordinárias	1231
d) Há hierarquia entre leis complementares e leis ordinárias?	1232
e) Procedimento legislativo especial das leis complementares	1232
f) Alcance das leis complementares na visão do STF	1232
3.25.3. Leis ordinárias	1233
a) Campo de incidência das leis ordinárias	1234

b) Lei ordinária como ato complexo.....	1234
3.25.4. Leis delegadas.....	1234
a) Justificativa das leis delegadas.....	1235
b) Natureza das leis delegadas.....	1235
c) Surgimento no Brasil.....	1235
d) Procedimento legislativo especial das leis delegadas.....	1235
e) Poder congressional de sustar leis delegadas.....	1238
3.25.5. Medidas provisórias.....	1238
a) De onde vieram as medidas provisórias?.....	1239
b) Medida provisória e decreto-lei: diferenças.....	1240
c) Questões suscitadas das medidas provisórias.....	1241
d) Natureza das medidas provisórias.....	1241
e) Efeitos imediatos das medidas provisórias.....	1242
f) Características das medidas provisórias.....	1242
f.1) Excepcionalidade.....	1242
f.2) Efemeridade.....	1242
f.3) Precariedade.....	1243
f.4) Condicionamento.....	1243
g) Pressupostos constitucionais de admissibilidade.....	1243
h) Procedimento elaborativo especial das medidas provisórias.....	1246
h.1) Aprovação integral de medidas provisórias.....	1247
h.2) Aprovação da medida provisória com modificações pelo Congresso Nacional.....	1249
h.3) Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional.....	1250
h.4) Rejeição tácita da medida provisória pelo Congresso Nacional.....	1251
i) Medida provisória já editada: obrigatoriedade de apreciação do Congresso Nacional....	1252
j) Medidas provisórias editadas antes da publicação da EC n. 32/2001.....	1253
k) Medida provisória e lei anterior a ela.....	1253
l) Consequências da conversão de medida provisória em lei.....	1254
m) Governadores e prefeitos podem expedir medidas provisórias?.....	1255
n) Proibições materiais constitucionais à edição de medidas provisórias.....	1256
n.1) Proibição do art. 246 da Carta de 1988.....	1257
n.2) Proibição em matéria reservada à lei delegada.....	1257
n.3) Proibição do art. 62, § 1º, II, da Carta de 1988.....	1257
n.4) Proibição em matéria reservada à lei complementar.....	1257
n.5) Proibição do art. 62, § 1º, IV, da Carta de 1988.....	1258
n.6) Proibição em matéria tributária.....	1258
n.7) Proibição em matéria penal.....	1260
o) ● § 6º do art. 62 da CF aplica-se, apenas, aos projetos de lei ordinária.....	1261
3.25.6. Decretos legislativos.....	1262
a) Procedimento legislativo especial de formação dos decretos legislativos.....	1262
b) Decretos legislativos em face dos atos e tratados internacionais.....	1262
c) Características da incorporação dos atos e tratados via decreto legislativo.....	1262
3.25.7. Resoluções.....	1263
a) Natureza e efeitos das resoluções.....	1263
b) Campo de incidência das resoluções.....	1264
c) Espécies de resolução.....	1264
d) Procedimento legislativo especial de formação das resoluções.....	1264
4. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	1265
4.1. Função fiscalizatória na Constituição.....	1265
4.2. Modalidades de fiscalização.....	1266
4.3. Formas de controle.....	1266
a) Controle externo.....	1266
b) Controle interno (ou autocontrole).....	1266

4.4. Quem deve prestar contas?	1267
4.5. Participação popular no controle externo da Administração Pública	1267
4.6. Tribunais de Contas	1267
a) Missão dos Tribunais de Contas	1268
b) Tribunais de Contas perante as leis inconstitucionais	1268
4.7. Tribunal de Contas da União	1268
a) Composição do Tribunal de Contas da União	1269
b) Competências do Tribunal de Contas da União	1270
4.8. Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais	1273
4.9. Tribunal de Contas e rejeição das contas do Chefe do Executivo	1275
5. Poder Executivo	1275
5.1. Presidencialismo	1276
5.2. Presidente da República: chefe de Estado e chefe de governo	1277
5.3. Vice-Presidente da República	1279
5.4. Eleição e posse do Presidente e do Vice-Presidente da República	1280
5.5. Vacância da Presidência da República	1283
5.6. Substitutos e sucessores do Presidente da República	1283
a) Substitutos do Presidente da República	1283
b) Sucessão presidencial na hipótese de vacância definitiva	1284
5.7. Ausência do Brasil por mais de quinze dias: perda do mandato presidencial	1285
5.8. Atribuições privativas do Presidente da República	1285
a) Princípio da delegação de competência presidencial	1285
5.9. Responsabilidade do Presidente da República	1286
5.9.1. Crimes de responsabilidade do Presidente da República	1287
a) Que são crimes de responsabilidade?	1287
b) Crimes de responsabilidade: infrações constitucionais ou político-administrativas	1288
c) Crimes de responsabilidade: natureza e caracteres	1288
d) Surgimento e evolução dos crimes de responsabilidade no Brasil	1289
e) Crimes de responsabilidade na Constituição de 1988	1289
f) Crimes de responsabilidade: processo e julgamento	1290
g) Imunidade presidencial: cláusula de irresponsabilidade penal relativa	1291
5.9.2. Crimes comuns do Presidente da República	1293
5.9.3. Competência para julgar crimes comuns e de responsabilidade	1294
5.10. <i>Impeachment</i> do Presidente da República	1296
a) Origem do <i>impeachment</i>	1297
b) Evolução do <i>impeachment</i> no Brasil	1297
c) Perfil do <i>impeachment</i> na Constituição de 1988	1298
d) Desenvolvimento do processo de <i>impeachment</i>	1301
e) Pena de inabilitação por oito anos	1302
f) <i>Impeachment</i> e condenação criminal	1304
g) Renúncia e extinção do <i>impeachment</i>	1304
5.11. Poder Executivo federal, estadual, distrital, municipal e territorial	1304
a) Governador e vice-governador: dupla vacância e possibilidade de eleição indireta pela Assembleia Legislativa	1306
5.12. Órgãos auxiliares do Presidente da República	1309
a) Ministros de Estado	1309
b) Conselho da República	1311
c) Conselho de Defesa Nacional	1311
6. Poder Judiciário	1312
6.1. Funções típicas e atípicas do Poder Judiciário	1312
6.2. Estatuto da Magistratura — reserva de lei complementar federal	1314
6.3. Princípios constitucionais-estatutários da magistratura	1315
6.4. Regra do quinto constitucional	1317
6.5. Garantias do Poder Judiciário	1318

a) Garantias institucionais da magistratura	1319
a.1) Autonomia orgânico-administrativa do Poder Judiciário	1319
a.1.1) O art. 102 da Lei Complementar n. 35/1979 foi recepcionado pela Carta de 1988? ..	1322
a.2) Autonomia administrativa, financeira e orçamentária do Poder Judiciário	1323
a.2.1) Princípio do autogoverno da magistratura.....	1324
b) Garantias funcionais da magistratura	1325
b.1) Garantias funcionais de liberdade.....	1325
b.1.1) Vitaliciedade.....	1326
b.1.2) Inamovibilidade.....	1326
b.1.3) Irredutibilidade de subsídio.....	1327
b.2) Garantias funcionais de imparcialidade	1327
6.6. Precatórios judiciais	1328
a) Obrigatoriedade da inclusão do precatório no orçamento dos entes públicos	1331
b) Débitos de natureza alimentícia	1331
c) Consignação ao Poder Judiciário de dotações e créditos	1333
d) Regra das obrigações definidas em leis como de pequeno valor	1333
e) Análise da Emenda Constitucional n. 62/2009.....	1334
e.1) Teor do art. 100 da Constituição Federal após o advento da EC n. 62/2009	1338
e.2) Ações diretas de inconstitucionalidade contra a EC n. 62/2009: entendimento do STF.	1340
f) Emenda Constitucional n. 94/2016.....	1341
6.7. Órgãos do Poder Judiciário	1343
6.8. Supremo Tribunal Federal.....	1345
a) Supremo Tribunal Federal e a Suprema Corte dos Estados Unidos.....	1347
b) Supremo Tribunal Federal: Corte Constitucional do Brasil?.....	1348
c) Composição do Supremo Tribunal Federal	1349
d) Competências do Supremo Tribunal Federal.....	1350
d.1) Princípio da taxatividade constitucional das competências do STF.....	1351
d.1.1) Desmembramento do processo do “Mensalão” (AP 470/MG)	1353
d.2) Competência originária do Supremo Tribunal Federal.....	1354
d.3) Competência recursal do Supremo Tribunal Federal.....	1360
d.3.1) Recurso ordinário constitucional.....	1360
d.3.2) Recurso extraordinário.....	1362
d.3.2.1) Repercussão geral das questões constitucionais.....	1364
d.3.2.1.1) Não cabe recurso no STF para solucionar equívocos na	
aplicação da repercussão geral.....	1366
d.3.2.2) Recurso extraordinário nas causas decididas em única ou última instância..	1366
e) Súmula vinculante	1370
6.8.1. Conselho Nacional de Justiça	1389
a) Composição do Conselho Nacional de Justiça	1390
b) Competência do Conselho Nacional de Justiça.....	1392
c) Controle dos atos do Conselho Nacional de Justiça	1393
6.9. Superior Tribunal de Justiça.....	1394
a) Composição do Superior Tribunal de Justiça.....	1394
b) Competências do Superior Tribunal de Justiça.....	1395
b.1) Competência originária do Superior Tribunal de Justiça	1396
b.2) Competência recursal do Superior Tribunal de Justiça	1399
b.2.1) Recurso ordinário para o STJ.....	1399
b.2.2) Recurso especial	1400
b.2.2.1) Arguição de inconstitucionalidade em recurso especial.....	1403
b.2.2.2) Recurso especial e tutela de princípio geral de direito	1404
c) Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....	1404
d) Conselho da Justiça Federal	1404

6.10. Tribunais Regionais Federais e juízes federais	1405
a) Órgãos da Justiça Federal	1406
a.1) Tribunais Regionais Federais	1406
a.1.1) Composição dos Tribunais Regionais Federais	1406
a.1.2) Competências dos Tribunais Regionais Federais	1407
a.1.2.1) Competência originária dos Tribunais Regionais Federais	1408
a.1.2.2) Competência recursal dos Tribunais Regionais Federais	1409
a.2) Juízes federais	1409
a.2.1) Organização da Justiça Federal de primeiro grau	1409
a.2.2) Competência dos juízes federais	1409
a.2.3) Regras complementares de competência dos juízes federais	1413
6.11. Tribunais e juízes do trabalho	1415
a) Organização da Justiça do Trabalho	1415
a.1) Tribunal Superior do Trabalho	1415
a.2) Tribunais Regionais do Trabalho	1416
a.3) Juízes do trabalho	1418
b) Competência da Justiça do Trabalho	1418
b.1) Amplitude do art. 114 da Constituição Federal	1419
b.2) Desdobramento do art. 114 da Constituição Federal	1420
6.12. Tribunais e juízes eleitorais	1424
a) Órgãos da Justiça Eleitoral	1424
a.1) Tribunal Superior Eleitoral	1424
a.2) Tribunais Regionais Eleitorais	1425
a.3) Juízes e Juntas Eleitorais	1426
6.13. Tribunais e juízes militares	1427
a) Órgãos da Justiça Militar	1427
a.1) Superior Tribunal Militar	1427
a.2) Tribunais e juízes militares	1428
6.14. Tribunais e juízes dos Estados	1429
a) Princípios organizatórios da Justiça comum	1429
b) Usurpação de iniciativa reservada	1430
c) Competência dos Tribunais de Justiça	1430
d) Organização da Justiça Militar estadual	1431
6.15. Juizados especiais	1432
a) Fundamento constitucional dos juizados especiais	1433
b) Juizados cíveis e criminais	1434
c) Distinção entre juizados especiais e juizados de pequenas causas	1434
d) Procedimento sumariíssimo	1435
e) Juizados especiais no âmbito da Justiça Federal	1435
6.16. Juizados de paz	1435

Capítulo 22 — FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. Que são funções essenciais à Justiça?	1438
2. Ministério Público	1439
2.1. Origem do Ministério Público	1439
2.2. Surgimento do Ministério Público no Brasil	1440
2.3. Evolução do Ministério Público nas Constituições brasileiras	1440
2.4. Ministério Público na Constituição de 1988	1441
2.5. Posição institucional do Ministério Público	1443
2.6. Natureza administrativa das funções do Ministério Público	1444
2.7. Princípios institucionais do Ministério Público	1444
a) Unidade	1445
b) Indivisibilidade	1445
c) Independência funcional	1445

c.1) Autonomia funcional e administrativa do Ministério Público	1446
c.2) Autonomia orçamentária e financeira do Ministério Público	1447
2.8. Organização constitucional do Ministério Público	1448
a) Ministério Público da União: nomeação e destituição do Procurador-Geral da República ..	1448
b) Ministérios Públicos dos Estados, Distrito Federal e Territórios: nomeação e destituição do Procurador-Geral de Justiça	1450
2.9. Ingresso na carreira do Ministério Público	1451
2.10. Garantias do Ministério Público	1453
a) Garantias institucionais do Ministério Público	1454
b) Garantias funcionais do Ministério Público	1454
b.1) Garantias funcionais de liberdade	1454
b.1.1) Vitaliciedade	1454
b.1.2) Inamovibilidade	1455
b.1.3) Irredutibilidade de subsídio	1456
b.2) Garantias funcionais de imparcialidade	1456
2.1.1. Funções institucionais do Ministério Público	1459
a) Funções ministeriais previstas na Constituição Federal	1459
a.1) Legitimidade do Ministério Público para propor ações civis	1461
a.2) O Ministério Público tem poder de investigação criminal?	1461
a.2.1) Posicionamento do Supremo Tribunal Federal	1463
b) Funções ministeriais previstas na Lei n. 8.625/93	1467
2.1.2. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União	1468
a) Ministério Público junto aos Tribunais de Contas estaduais	1469
2.1.3. Conselho Nacional do Ministério Público	1469
a) Composição do Conselho Nacional do Ministério Público	1470
b) Competência do Conselho Nacional do Ministério Público	1471
3. Advocacia Pública	1471
3.1. Advocacia-Geral da União	1471
3.2. Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal	1473
4. O profissional da advocacia	1474
4.1. Mandamentos do advogado	1476
4.2. Princípio constitucional da indispensabilidade do advogado	1476
4.3. Inviolabilidade do advogado	1477
4.4. Habilitação e exercício da advocacia	1479
4.5. Livre ingresso em repartições públicas	1480
4.6. Natureza jurídica dos honorários advocatícios	1480
4.7. Inconstitucionalidade da atuação da OAB no lugar da Defensoria Pública	1480
5. Defensoria Pública	1481
5.1. Essencialidade da Defensoria Pública	1481
5.1.1. Perfil constitucional dos Defensores Públicos	1483
5.1.2. Emenda Constitucional n. 80, de 4 de junho de 2014	1483
a) <i>Locus</i> constitucional	1484
b) <i>Status</i> de permanência	1484
c) Princípios institucionais da Defensoria Pública	1484
d) A terminologia “aplicando-se no que couber”	1485
e) A “PEC das Comarcas” e o prazo de 8 anos	1485
5.2. Organização da Defensoria Pública: Lei Complementar n. 132, de 7-10-2009	1486

Capítulo 23 — DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1. Equilíbrio e estabilidade na ordem constitucional	1488
1.1. Defesa do Estado	1488
1.2. Defesa das instituições democráticas	1488
2. Sistema constitucional de crises	1489
2.1. Medidas excepcionais das situações de crise: estados de defesa e de sítio	1490

2.1.1.	O estado de defesa (CF, art. 136, §§ 1º a 7º).....	1491
a)	Pressupostos materiais e formais de decretação.....	1491
b)	Prisão no estado de defesa.....	1492
c)	O estado de defesa sujeita-se aos controles jurisdicional e político.....	1493
2.1.2.	O estado de sítio (CF, arts. 137 a 139).....	1493
a)	Pressupostos materiais e formais de decretação.....	1494
b)	Tipos de estado de sítio.....	1494
c)	Efeitos da decretação do estado de sítio.....	1494
d)	O estado de sítio também se sujeita aos controles jurisdicional e político.....	1495
2.1.3.	Diferenças entre o estado de defesa e o estado de sítio.....	1495
2.1.4.	Disposições comuns aos estados de defesa e de sítio(CF, arts. 140 e 141).....	1496
3.	Forças Armadas	1496
3.1.	Importância das Forças Armadas.....	1497
3.2.	Composição das Forças Armadas	1497
3.3.	Instituições nacionais, permanentes e regulares	1498
3.4.	Hierarquia e disciplina.....	1498
3.5.	Provisões constitucionais das Forças Armadas (CF, arts. 142 e 143)	1498
4.	Segurança pública.....	1501
4.1.	Órgãos da segurança pública (CF, art. 144, I a VI).....	1502
5.	Emenda Constitucional n. 60, de 11-11-2009.....	1504

Capítulo 24 — SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

1.	Bases constitucionais da tributação	1506
2.	Componentes do sistema constitucional tributário	1508
2.1.	Impostos (CF, arts. 145, I, e 153 a 156).....	1509
2.1.1.	Impostos federais: competência da União	1510
2.1.2.	Impostos estaduais/distritais: competência dos Estados e do Distrito Federal	1512
2.1.3.	Impostos municipais: competência dos Municípios	1515
2.2.	Taxas (CF, art. 145, II)	1516
2.3.	Empréstimos compulsórios (CF, art. 148).....	1518
2.4.	Contribuições especiais (arts. 145, III, e 149)	1519
3.	Prevenção de conflitos tributários	1522
3.1.	Lei complementar tributária	1522
3.1.1.	Normas gerais em matéria tributária	1523
4.	Limitações constitucionais ao poder de tributar	1526
4.1.	Imunidades.....	1526
4.2.	Vedação de privilégios odiosos	1529
4.3.	Princípios constitucionais tributários	1533
4.3.1.	Princípios constitucionais tributários expressos	1533
a)	Princípio da legalidade tributária (art. 150, I)	1534
b)	Princípio da igualdade tributária (art. 150, II)	1534
c)	Princípio da capacidade contributiva (art. 145, § 1º)	1535
d)	Princípio da irretroatividade da lei tributária (art. 150, III, <i>a</i>)	1535
e)	Princípio da anterioridade tributária (art. 150, III, <i>b</i>)	1536
f)	Princípio da carência tributária (art. 150, III, <i>c</i>)	1537
g)	Princípio da proibição de confisco (art. 150, IV)	1538
h)	Princípio da liberdade de tráfego (art. 150, V)	1538
4.3.2.	Princípios constitucionais tributários decorrentes.....	1539
a)	Princípio da universalidade (art. 153, § 2º, I)	1539
b)	Princípio da destinação pública dos tributos (art. 145)	1539
c)	Princípio da não surpresa (art. 5º, II, <i>c/c</i> o art. 150, I).....	1539
4.3.3.	Princípios constitucionais tributários vedatórios	1541
a)	Princípio da uniformidade tributária (art. 151, I)	1541
b)	Princípio da limitação de rendas (art. 151, II).....	1541

c) Princípio do poder de isenção (art. 151, III)	1541
d) Princípio da não diferenciação tributária (art. 152)	1541
4.3.4. Princípios constitucionais tributários específicos	1541
a) Princípio da progressividade (arts. 153, § 2º, I; 156, § 1º; 182, § 4º, II)	1542
b) Princípio da não cumulatividade do imposto (arts. 153, IV, § 3º, II; 155, II, § 2º, I) ...	1542
c) Princípio da seletividade do imposto (art. 153, IV, e § 3º, I)	1543
5. Repartição das receitas tributárias	1543

Capítulo 25 — FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

1. Colocação da matéria	1547
2. Finanças públicas	1547
2.1. Normas gerais sobre finanças públicas	1548
2.2. Banco Central	1549
3. Orçamento	1550
3.1. Orçamento público na Constituição de 1988	1550
3.2. Organização dos orçamentos públicos	1551
a) Receita pública	1551
b) Despesa pública	1551
3.3. Espécies de orçamento público e as leis de iniciativa do Executivo	1554
a) Lei complementar financeira	1554
b) Lei plurianual	1555
c) Lei de diretrizes orçamentárias	1555
d) Lei orçamentária anual	1556
3.4. Orçamento-programa	1557
a) Orçamento-programa na Constituição de 1988	1558
3.5. Princípios constitucionais orçamentários	1558
a) Princípio constitucional da universalidade orçamentária	1559
b) Princípio constitucional da unidade orçamentária	1559
c) Princípio constitucional da programação orçamentária	1560
d) Princípio constitucional da pureza orçamentária	1560
e) Princípio constitucional do equilíbrio orçamentário	1561
f) Princípio constitucional da legalidade orçamentária	1561
g) Princípio constitucional da anualidade orçamentária	1562
h) Princípio constitucional da plurianualidade das despesas de investimento	1562
i) Princípio constitucional da não afetação da receita	1563
j) Princípio constitucional da quantificação dos créditos orçamentários	1563
3.6. Elaboração das leis orçamentárias	1564
3.7. Apreciação das leis orçamentárias	1565
3.8. Apresentação de emendas ao projeto das leis orçamentárias	1565
3.9. Rejeição do projeto da lei orçamentária anual	1567
3.10. Emendas Constitucionais n. 86/2015 e n. 100/2019	1568

Capítulo 26 — ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

1. Significado e amplitude	1570
2. Constituição econômica	1570
3. Ordenamento econômico composto e interpretação da ordem econômica	1571
4. Princípios gerais da atividade econômica	1572
5. Normas constitucionais da atividade econômica	1575
5.1. Remessa de lucros (CF, art. 172)	1575
5.2. Exploração direta de atividade econômica (CF, art. 173)	1575
5.3. Intervenção do Estado no domínio econômico (CF, art. 174)	1580
5.4. Exploração de serviços públicos (CF, art. 175)	1581
5.5. Exploração dos recursos minerais e energia hidráulica (CF, art. 176)	1582
5.6. Monopólios (CF, art. 177)	1584
5.7. Ordenação de transportes (CF, art. 178)	1586

5.8. Microempresas e empresas de pequeno porte (CF, art. 179).....	1587
5.9. Incentivo ao turismo (CF, art. 180)	1588
5.10. Requisição de documento ou informação comercial (CF, art. 181)	1588
6. Política urbana.....	1588
6.1. Normas constitucionais da política urbana.....	1588
a) Política de desenvolvimento urbano (CF, art. 182).....	1589
b) Usucapião pró-moradia (CF, art. 183)	1591
7. Política agrícola, fundiária e reforma agrária	1592
7.1. Política agrícola	1593
7.2. Política fundiária	1593
a) Alienação ou concessão de terras públicas (CF, art. 188, § 1º).....	1594
b) Distribuição de imóveis rurais (CF, art. 189)	1595
c) Aquisição ou arrendamento de propriedade rural (CF, art. 190).....	1595
d) Usucapião <i>pro labore</i> (CF, art. 191)	1595
7.3. Reforma agrária	1596
a) Títulos da dívida agrária (CF, art. 184, <i>caput</i>)	1598
b) Indenização das benfeitorias úteis e necessárias (CF, art. 184, § 1º).....	1599
c) Decreto expropriatório (CF, art. 184, § 2º).....	1601
d) Procedimento contraditório especial (CF, art. 184, § 3º)	1602
e) Previsão orçamentária dos TDAs (CF, art. 184, § 4º)	1602
f) Imunidade tributária (CF, art. 184, § 5º).....	1602
8. Sistema financeiro nacional	1603
8.1. Emenda Constitucional n. 40/2003 e o art. 192 da Constituição	1603
8.2. Irretroatividade da EC n. 40/2003.....	1604
8.3. Desconstitucionalização via EC n. 40/2003	1604
8.4. Revogação dos incisos, alíneas e parágrafos do art. 192	1605
8.5. Missão do Poder Judiciário em face da EC n. 40/2003	1605
8.6. Enquanto as leis complementares não forem editadas	1605
8.7. Limite da taxa de juros: perdura a discussão após a EC n. 40/2003?.....	1606
a) Limite da taxa de juros: polêmica que não precisava existir	1607
b) Limite da taxa de juros em face do estado permanente de mora legislativa	1609
c) Posições de vanguarda no Poder Judiciário	1610
8.8. Juros no Superior Tribunal de Justiça.....	1610
a) Cobrança de juros além do limite de 12% ao ano	1611
b) Cédulas de crédito rural, comercial e industrial.....	1611
c) Cobrança cumulada de juros remuneratórios e moratórios.....	1612
d) Cobrança de juros remuneratórios e comissão de permanência	1612
e) Cobrança da comissão de permanência pela taxa de mercado.....	1613
f) Substituição da taxa mensal de juros pela taxa Selic.....	1613
g) Uso da TR como índice de correção monetária.....	1613
h) Relações jurídicas nos contratos entre bancos e consumidores	1613

Capítulo 27 — ORDEM SOCIAL

1. Significado.....	1614
2. Seguridade social	1614
2.1. Objetivos da seguridade social	1615
2.2. Financiamento da seguridade social	1616
3. Saúde.....	1617
3.1. Diretrizes constitucionais das ações e serviços públicos de saúde	1619
3.2. Atribuição constitucional do Sistema Único de Saúde.....	1620
3.2.1. Agentes de saúde e agentes de combate às endemias na Emenda Constitucional n. 63/2010	1623
3.3. Remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas.....	1624
3.4. Direito à saúde e políticas públicas	1625
4. Previdência social.....	1625

4.1. Organização da previdência social.....	1626
4.2. Vedações constitucionais previdenciárias.....	1627
a) Proibição de diferenciações (CF, art. 201, § 1º)	1627
b) Proibição de benefício inferior ao salário mínimo (CF, art. 201, § 2º).....	1628
c) Proibição de desatualização das contribuições (CF, art. 201, § 3º)	1628
d) Proibição aos “segurados facultativos” (CF, art. 201, § 5º)	1628
4.3. Regras constitucionais para a aposentadoria	1629
4.4. Previdência privada de caráter complementar.....	1631
5. Assistência social.....	1632
5.1. Perfil da assistência social na Carta de 1988	1633
5.2. Ações governamentais	1633
6. Educação, cultura e desporto	1634
6.1. Educação	1635
6.1.1. Educação como programa constitucional.....	1635
6.1.2. Princípios constitucionais do ensino	1637
6.1.2.1. Taxade matrícula, gratuidade do ensino público e Súmula vinculante n. 12	1639
6.1.3. Autonomia universitária	1640
6.1.4. Garantias constitucionais da educação	1643
6.1.5. Educação infantil: obrigação constitucional do Município (CF, art. 208, IV).....	1645
6.1.6. Sistemas de ensino.....	1645
6.1.7. Financiamento do ensino público	1646
6.1.8. Destinação dos recursos públicos no setor educativo.....	1647
6.1.9. Plano decenal de educação.....	1648
6.2. Cultura.....	1649
6.2.1. Direitos constitucionais culturais	1649
6.2.2. Patrimônio cultural brasileiro	1650
6.2.3. Sistema Nacional de Cultura: a EC n. 71, de 29-11-2012	1652
6.3. Desporto	1653
6.3.1. Justiça desportiva.....	1653
a) Justiça desportiva.....	1653
b) Princípio do esgotamento da instância administrativa de curso forçado	1654
c) Não compete à Justiça desportiva processar e julgar questões trabalhistas	1654
d) Membros do Poder Judiciário não podem exercer funções na Justiça desportiva.....	1655
e) Súmula vinculante n. 2 e a proibição de funcionamento das casas de bingos.....	1655
f) Estatuto de Defesa do Torcedor	1656
7. Ciência e tecnologia.....	1656
8. Comunicação social.....	1658
8.1. Liberdade de comunicação social	1658
8.2. Limitações constitucionais à liberdade de comunicação social	1659
8.3. Princípios constitucionais dos meios de comunicação	1661
8.4. Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora e de sons e imagens	1662
8.5. Renovação dos serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens.....	1662
8.6. Comunicação social e direito de antena	1663
9. Meio ambiente	1664
9.1. Meio ambiente ecologicamente equilibrado	1666
9.2. Encargos do Poder Público na preservação ambiental.....	1667
9.3. Normas assecuratórias do bem ambiental.....	1670
10. A família, a criança, o adolescente, o jovem e o idoso.....	1672
10.1. Família como base da sociedade.....	1672
10.1.1. Regras constitucionais das relações familiares.....	1675
10.1.2. Regras constitucionais do casamento	1676
10.1.3. Emenda Constitucional do divórcio	1677
10.1.4. União entre pessoas do mesmo sexo: posição do STF.....	1681
10.1.5. Realização, pelo SUS, de cirurgias de transgenitalização.....	1682
10.1.6. Transgêneros: possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo.....	1683

10.2. Proteção constitucional às crianças, aos adolescentes e aos jovens	1683
10.3. Amparo constitucional aos idosos	1686
10.3.1. Estatuto do Idoso: implementação do programa constitucional	1687
a) Objetivo do Estatuto do Idoso (art. 1 ^º)	1687
b) Extensão de direitos (art. 2 ^º)	1687
c) Princípio da solidariedade (art. 3 ^º)	1687
d) Garantia de prioridade no atendimento (art. 3 ^º , parágrafo único)	1688
e) Direito ao envelhecimento saudável (arts. 8 ^º a 10)	1688
f) Direito ao sustento (arts. 11 a 14)	1688
g) Direito à saúde (arts. 15 a 19)	1688
h) Gratuidade do transporte público (arts. 39 a 42)	1689
i) Fiscalização do atendimento aos idosos (arts. 48 a 50)	1690
j) Obrigações das entidades de atendimento (art. 50)	1691
k) Prioridade na tramitação de procedimentos judiciais (art. 71)	1692
11. Índios	1692
11.1. Tutela constitucional do indigenato	1692
11.2. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	1693
11.3. Usufruto exclusivo	1694
11.4. Mineração em terras indígenas	1694
11.5. Princípio da irremovibilidade dos índios	1695
11.6. Ocupação, domínio e posse das terras indígenas	1695
11.7. Demarcação das terras indígenas	1695
11.7.1. Demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol	1697
11.8. Defesa dos direitos e interesses dos índios	1702
11.9. Competência do STF e das Justiças Federal e Civil nas questões indígenas	1702
Capítulo 28 — DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS	
1. Significado	1704
2. Conteúdo das disposições constitucionais gerais	1705
3. Vedações à União (art. 234)	1705
4. Criação de Estado (art. 235, I a XI)	1705
5. Serviços notariais e de registro (art. 236, §§ 1 ^º a 3 ^º)	1707
6. Fiscalização e controle sobre comércio exterior (art. 237)	1710
7. Venda e revenda de combustíveis (art. 238)	1710
8. Arrecadação do PIS/PASEP (art. 239)	1710
9. Ressalva às contribuições compulsórias (art. 240)	1711
10. Disciplina legal dos consórcios e convênios de cooperação (art. 241)	1712
11. Exceção ao princípio da gratuidade do ensino público (art. 242)	1712
12. Expropriação de glebas pelo cultivo de plantas psicotrópicas (art. 243)	1712
13. Acesso adequado aos portadores de deficiência (art. 244)	1713
14. Assistência aos herdeiros e dependentes de vítimas de crime doloso (art. 245)	1714
15. Proibição a medidas provisórias (art. 246)	1714
16. Previsão legal de critérios para perda de cargos públicos (art. 247)	1715
17. Observância ao teto remuneratório (art. 248)	1715
18. Fundos de contribuições, bens, direitos e ativos (arts. 249 e 250)	1715
Capítulo 29 — DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	
1. Significado	1717
2. Natureza jurídica	1717
3. <i>Locus</i> das disposições constitucionais transitórias	1718
4. Objetivo das disposições constitucionais transitórias	1719
5. Disposições transitórias e princípio da recepção	1719
6. Disposições transitórias e emendas constitucionais	1720
Bibliografia	1723
Índice remissivo	1757